

“Maioria” manteve João Alves

O deputado Ricardo Fiúza sustentou durante sua defesa que tanto a prolongada permanência de João Alves (PPR-BA) no comando da Comissão de Orçamento quanto a lei orçamentária de 1992 foram decisões da “maioria” do Congresso. Fiúza atribuiu várias vezes aos líderes partidários a sua escolha para substituir João Alves em 1991, diante dos fortes rumores de irregularidades na comissão. Segundo Fiúza, o relatório que produziu então foi exaustivamente negociado com todos. “Foi uma obra coletiva”, assegurou. “Se houve algum arranhão no regimento, tudo foi feito sem a oposição de ninguém”.

Fiúza comprometeu o comando do Congresso nas práticas que agora são investigadas pela CPI do Orçamento. “Em cima da Comissão de Orçamento, havia uma sala conhecida como Tribunal de Nuremberg, onde os líderes discutiam os relatórios parciais”, contou Fiúza, insinuando que nada fez sem o respaldo político das principais lide-

ranças do Congresso. Fiúza alega ter sido “compelido”, em novembro de 91, a assumir a relatoria da Comissão de Orçamento diante das resistências à indicação do deputado Manoel Castro (PFL-BA) e da recusa do deputado Francisco Dornelles (PPR-RJ).

Durante toda a sua defesa, Fiúza referiu-se com cautela à sua relação com João Alves e o economista José Carlos Alves dos Santos. O deputado alegou que não poderia expor Alves à execração pública apenas diante de rumores de beneficiamento já que outros parlamentares que comandavam a comissão também estavam sob suspeita. “Queriam que eu entregasse de bandeja um colega”, disse, negando, porém, que o suposto esquema montado por Alves tenha continuado em sua gestão. Sobre Santos, Fiúza foi igualmente cauteloso. “José Carlos era um nome que merecia respeito de todos. Um profissional competente, que não mostrava sinais de riqueza”.